

**PROJETO DE LEI Nº 094/2019**

**INSTITUI A INICIATIVA "LEÃO AMIGO DA CRIANÇA" NO  
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**VALMIR CLIMACO DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de  
Itaituba, Estado do Pará.

Faço saber que a Câmara Municipal, Estado do Pará, aprova e o Prefeito Municipal **VALMIR CLÍMACO DE AGUIAR**, sanciona e publica a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica instituído, no âmbito do Município de Itaituba, o "Leão Amigo da Criança" de incentivo às empresas legalmente constituídas e às pessoas físicas e jurídicas do município que contribuírem com o Fundo Municipal da Infância e a Adolescência.

**Parágrafo único** – A iniciativa instituída será regida nos exatos termos do artigo 260 da Lei n. 8.069, de 16 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e alterações posteriores, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991, Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997, além da Lei Municipal n. 1.193 de 03 de janeiro de 1994.

**Art.2º** - Os contribuintes poderão efetuar doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

**I** - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e

**II** - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

**§ 1º** - Esta iniciativa se aplica exclusivamente às pessoas físicas que optarem pela declaração completa do Imposto de Renda e às pessoas jurídicas optantes da declaração com base no lucro real.

**§ 2º** - Para comprovar a contribuição, só serão aceitos os recibos de doações efetuadas diretamente ao Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, não sendo válidos quaisquer outros recibos de contribuições diretas a instituições diversas.

**Art.3º** - A pessoa física poderá optar pela doação ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

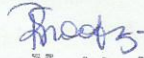
**§ 1º** A doação de que trata o **caput** poderá ser deduzida no percentual de até 3% aplicados sobre o imposto apurado na declaração.

**§ 2º** A dedução de que trata o **caput**:

**I** - está sujeita ao limite de 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado na declaração de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º;

**II** - não se aplica à pessoa física que:

- a)** utilizar o desconto simplificado;
- b)** apresentar declaração em formulário; ou
- c)** entregar a declaração fora do prazo;

  
Câmara Municipal de Itaituba  
Rainice dos Santos Lopes  
Assessora de Gabinete Parlamentar  
Mat. 120094-1

03.06.19 às 11:32h



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA**

**III** - só se aplica às doações em espécie; e

**IV** - não exclui ou reduz outros benefícios ou deduções em vigor.

**§ 3º** O pagamento da doação deve ser efetuado até a data de vencimento da primeira quota ou quota única do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**§ 4º** O não pagamento da doação no prazo estabelecido no § 3º implica a glosa definitiva desta parcela de dedução, ficando a pessoa física obrigada ao recolhimento da diferença de imposto devido apurado na Declaração de Ajuste Anual com os acréscimos legais previstos na legislação.

**Art. 4º** - O "Leão Amigo da Criança" prevê a concessão anual de:

**I** - selo às empresas que contribuírem com o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, a partir do valor do Imposto de Renda devido;

**II** - diploma às pessoas físicas que contribuírem com o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, a partir do valor do Imposto de Renda devido.

**Parágrafo único** - As empresas agraciadas com o selo poderão utilizá-lo nas embalagens de seus produtos, veículos, papéis timbrados e outros locais considerados convenientes.

**Art. 5º** - Fica o Poder Legislativo autorizado, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, do Juízo da Vara da Infância e da Juventude e do Conselho Tutelar, a criar o selo e o diploma a serem concedidos, utilizando recursos orçamentários já previstos, voltados à publicidade e comunicação.

**Parágrafo único** - A entrega do selo e do diploma de que trata este artigo, dar-se-á em sessão solene da Câmara Municipal, em conjunto com as entidades mencionadas no caput, nos termos definidos pela Lei Orgânica do Município e por seu Regimento Interno.

**Art. 6º** - A definição das prioridades de investimento dos recursos destinados ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo vedado aos contribuintes estabelecer quaisquer condicionantes para suas doações e/ou destinações, ressalvadas as possibilidades previstas nesta Lei.

**§ 1º** A definição das prioridades de investimento dos recursos deve ser fixada no Plano Anual de Ação, respeitando as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, depois de aprovado, deve ser publicado através dos meios de comunicação oficiais e outros, de maior alcance da população.

**§ 2º** É facultado ao contribuinte indicar sua preferência de apoio financeiro a projetos chancelados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entendendo-se por chancela a aprovação prévia de projetos, segundo condições fixadas em Resolução editada pelo Conselho, o que possibilitará a captação de recursos ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência pelas instituições proponentes para o financiamento do respectivo projeto.

**§ 3º** É facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de resolução específica, reservar entre 10% e 30% dos recursos destinados ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, na forma deste artigo, para ações prioritárias da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA**

**Art.11** - O financiamento de projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente fica condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

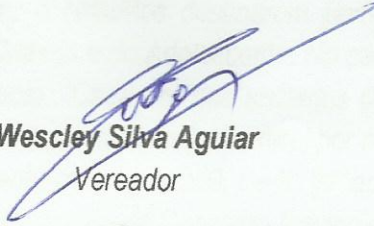
**Art.12** - Havendo disponibilidade de recursos, os projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão ser empenhados pelo Poder Executivo em no máximo 120 (cento e vinte) dias, para a correspondente liberação dos recursos, observado o cronograma do plano de trabalho do projeto aprovado.

**Art.13**- Fica expressamente vedada à utilização dos recursos arrecadados através da iniciativa "Leão Amigo da Criança" para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela presente lei, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, em casos excepcionais aprovados pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art.14** - O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência será transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo.

**Art.15**- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba, "**CARLOS ROBERTO CABRAL FURTADO**", em 03 de junho de 2019.

  
**Wescley Silva Aguiar**  
Vereador





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA**

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto Leão Amigo da Criança busca divulgar e fomentar um dispositivo legal pouco conhecido, que é a possibilidade de se canalizar os recursos do Imposto de Renda aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, como doação com incentivo fiscal dedutível. Esse direito existe desde 1990, quando o Fundo foi criado no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É constituído por doação de pessoas físicas, jurídicas ou do próprio Poder Público para as instituições privadas e pessoas físicas. A lei permite a dedução do Imposto de Renda devido de doações devidamente comprovadas, observando os limites estabelecidos pela legislação própria. As contribuições ao FMDCA visam a assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.


Desta maneira simples cada cidadão pode apoiar ações preventivas voltadas à cidadania das crianças e adolescentes de nosso município fazendo doação no imposto de renda ou mesmo direto na conta do FMDCA, ganha em várias oportunidades o desconto anual do IR e garantia de que dará maior proteção e dignidade aos destinatários.

O Estado permite às empresas e cidadãos destinarem parte do Imposto de Renda para iniciativas de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. No caso dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a renúncia fiscal. Cada um dos sistemas de renúncia fiscal é regido por normas específicas, geralmente estabelecidas pela Receita Federal por meio de instrução normativa.

Tendo base jurídica especialmente os artigos 260, I e II, §1º ao §5 do 260-A ao artigo 260-L, artigo 261 todos da lei do ECA, e mais Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA, instruções específicas, normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pretende o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA captar recursos financeiros e materiais por meio de doação de contribuinte do imposto de renda ou mesmo não contribuinte para destinar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e apoiar entidades legalmente registradas no CMDCA e ente governamental que tenham projetos, ações, programas direcionados a criança e adolescente, dando cumprindo ao preceito da prioridade absoluta.

Assim, ante todo o exposto, com o fim de estimular as doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, é a presente proposição, para a qual conto com a aprovação dos nobres pares desta Casa

Plenário da Câmara Municipal de Itaituba, "**CARLOS ROBERTO CABRAL FURTADO**", em 03 de junho de 2019.

  
**Wescley Silva Aguiar**  
Vereador

